

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

OPEN PEER REVIEW SOB A ÓTICA DE EDITORES DAS REVISTAS BRASILEIRAS DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Joana Coeli Ribeiro Garcia (UFPB)

Maria das Graças Targino (UFPB)

OPEN PEER REVIEW UNDER THE OPINION OF EDITORS OF BRAZILIAN SCIENTIFIC MAGAZINES OF INFORMATION SCIENCE

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: O objetivo macro da pesquisa é avaliar a viabilidade da adoção da revisão aberta por editores em ciência da informação (CI). A maioria das revistas científicas de todas as áreas adota a *blind review* não havendo evidências de que é ela mais eficiente do que a *open review*. São objetivos específicos: (1) identificar o perfil dos editores; (2) analisar a perspectiva de utilização da *open peer review* no âmbito das revistas de CI classificadas pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; (3) avaliar o nível de conhecimento da revisão aberta sob a ótica dos editores, tais como conceito, características, operacionalização e modalidades; (4) delinear (des)vantagens que os editores das revistas percebem quanto aos sistemas *blind* e *open review*. Para a consecução dos objetivos, utiliza-se como método de pesquisa o *survey*. A população da pesquisa incorpora, a princípio, os editores de todos os 37 títulos de periódicos da CI com conceito A e B atribuídos pela Capes, alcançando-se a amostra de 15 editores (40,54%). A coleta de informações se dá por meio de questionários enviados por meio eletrônico às unidades amostrais. Dentre os resultados, chama atenção o fato de a maioria (67%) dos editores em CI se mostrar disposta a adotar a *open review*, enquanto 60% acreditam que ela pode atuar como elemento em prol da qualidade das revistas da área. No entanto, há flagrante desencontro quanto à menção de pontos positivos e negativos, o que revela desconhecimento frente ao tema, e, portanto, necessidade de investir na difusão das possibilidades teóricas e metodológicas dessa modalidade de avaliação.

Palavras-chave: *Open peer review*; Periódicos de Ciência da informação; Ciência da informação – avaliação aberta.

Abstract: The macro objective of the investigation is to evaluate the feasibility of adopting open evaluation in the sphere of information science (IC). Most scientific journals in all areas adopt the blind review there is no evidence that it is more efficient than open review. The specific objectives are: (1) to identify the profile of editors in IC; (2) to analyze the perspective of future use of open peer review in the IC journals classified by the Qualis system of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; (3) to evaluate the level of knowledge of the open revision from the viewpoint of

the editors, such as concept, characteristics, operationalization and modalities; (4) to identify the advantages and disadvantages that magazine editors perceive regarding blind and open review systems. In order to achieve the objectives, the research method used is the survey. The research population includes the editors of all 37 IC journals with concept A and B attributed by Capes, reaching a sample of 15 publishers (40.54%). The data are collected through electronic questionnaires sent to the sample units. Among the results, it is noteworthy that most (67%) of the editors in IC are willing to adopt open review, while 60% believe that it can act as an element in favor of the quality of the magazines in the area. However, there is flagrant mismatch between the mention of positive and negative points, which reveals unfamiliarity with the subject. Maybe it is necessary to invest in the diffusion of the theoretical and methodological possibilities of this modality of evaluation.

Keywords: Open peer review; Information Science Journal; Information Science - *open peer review*.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, convive-se com expressões como *Open Archives Initiative* (OAI), *open science* e, concomitantemente, depara-se com a *open peer review*. São as duas primeiras, possibilidades de compartilhamento, ao disponibilizarem formas de fazer com que a ciência seja mais bem explorada e utilizada, tomando como referência a integração de soluções tecnológicas e sua implementação. A última, por sua vez, destaca a avaliação da ciência em que avaliadores e autores tornam-se conhecidos uns dos outros no momento da análise e permitem por meio do contato entre eles discussão que pode redundar em ganho científico. Iniciativas na produção da ciência e nas formas de registrá-la, acessá-la, avaliá-la e publicá-la exigem tecnologias como: OAI protocolo que define mecanismo para coleta de registros de metadados em repositórios; *Peerage of Science*, companhia finlandesa, que objetiva alterar o padrão da revisão por pares, comumente aplicado aos artigos científicos; o arXiv, arquivo de artigos científicos eletrônicos, disponível via internet, para as áreas de matemática, física, ciência da computação, biologia quantitativa e estatística; PLOS, projeto sem fins lucrativos para criar uma biblioteca de revistas científicas e publicações afins dentro do modelo de licenciamento de conteúdo aberto, especificamente, a *Creative Commons*; e *open peer review* ou revisão aberta por pares. São todas mudanças confirmando a tendência que ora desponta.

O conceito de ciência aberta refere-se a um modelo de práticas desenvolvido pela cultura digital, visando ao compartilhamento aberto de informações, inclusive sem necessidade de patentes, em oposição à “pesquisa fechada” em laboratórios. Possibilita que a avaliação científica aberta, na atualidade, adotada por periódicos internacionais, sobretudo, em língua inglesa e na área da saúde (HOPEWELL *et al.*, 2014; MORA CAMPOS, 2015), esteja em concordância com o que já se pratica na *open science*. Sendo assim a motivação que

orienta esta pesquisa situa-se em conhecer como pensam os editores brasileiros das revistas científicas da área da ciência da informação (CI) frente à adoção da *open peer review* na atividade prática da avaliação dos textos.

As alterações envolvem atores e suas dimensões coletivas, institucionais e individuais, e representam, portanto, mudanças sociais, educacionais e de valores (MINAYO, 2005). Qualquer que seja a instância, ao enfrentar situação de novidade, o ser humano tende a reagir de forma contrária, muitas vezes, sem experimentar o novo. A história atesta que, em relação à avaliação da ciência pelos pares, até hoje não há consenso em sua aceitação. Existem sempre pontos positivos e negativos a serem elencados. Ainda assim, a avaliação é filtro de qualidade, permitindo aos pesquisadores prosseguirem, aperfeiçoarem ou reverem a execução de suas pesquisas. A forma como os artigos são analisados define a excelência, a mediania, a mediocridade ou a má qualidade dos periódicos científicos.

Assim, mesmo que frágil e complexa, a avaliação de originais pelos pares é o melhor meio de a ciência assegurar sua qualidade, razão porque é imprescindível analisar o sistema avaliativo que se delineia na atualidade, denominado de *open peer review*, revisão aberta por pares ou avaliação aberta. Assim, avaliar a viabilidade da *open peer review* na esfera da CI é o objetivo geral e os operacionais são: 1. identificar o perfil dos editores em ciência da informação; 2. analisar a perspectiva de utilização da *open peer review* no âmbito das revistas de CI classificadas pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sob a ótica de seus editores; 3. avaliar o nível de conhecimento da revisão aberta sob a ótica desses editores – conceito, características, operacionalização e modalidades; 4. delinear as (des)vantagens que os editores das referidas revistas percebem quanto aos sistemas *blind e open review*.

Tais argumentações que encontram eco em autores como Elizabeth Walsh *et al.* (2000), segundo a qual, apesar de a maioria das revistas científicas de todas as áreas adotar a *blind review* não há evidências de que é ela mais eficiente do que a *open review*. Razão porque usou-se como justificativa para desenvolver a pesquisa sobre avaliação aberta.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Ao tempo em que é impossível sobreviver no campo da produção científica / edição de revistas sem avaliação dos pares, é quase assustador analisar a quantidade de modalidades. Objetividade e precisão de julgamento constituem utopia, uma vez que a

ideologização está presente no cotidiano dos árbitros, como seres humanos, incapazes de abandonarem totalmente tendências e valores subjetivos. Afora os aspectos intrínsecos a cada indivíduo, contrariando as normas apregoadas por Merton (1957), há a presença ostensiva de critérios externos ao processo avaliativo, no sentido de privilegiar correntes teóricas, países, instituições e indivíduos que detêm momentaneamente a autoridade na ciência.

Diante da falibilidade da avaliação cega, seja ela *single blind* (quando o avaliador conhece o autor previamente), seja ela a *double blind* (quando avaliadores e autores não se conhecem), o autor clássico John Ziman, desde a década de 70 (século XX), embora sem negar a existência de mecanismos de filtragem capazes de impedir ou reduzir a difusão de erros, admite que tais “[...] filtros nunca são totalmente eficazes. O procedimento normal consiste em permitir que todo trabalho aparentemente válido seja publicado; o tempo e pesquisas posteriores separarão, no final, o que é verdadeiro do falso” (1979, p. 69). Para ele, as falhas, ao serem descobertas, serão corrigidas pelos pares, reforçando o dinamismo e a falibilidade inerente à ciência. Não defende a falta de rigor científico. Ao contrário, considera a exatidão das observações, a lógica e o detalhamento como essenciais à ciência, porém, julga ser inviável assegurar a manutenção de padrões críticos elevados no que se refere a todos os envolvidos na editoração, com ênfase nos editores, árbitros e autores. Por isso, sem atenuar o encargo dos *referees*, compartilha a responsabilidade a eles atribuída com os demais partícipes do processo como um todo. Em contraposição, Stumpf (2005, p. 116) remarca que “[...] deixar que todos os artigos sejam publicados e que os leitores decidam o que tem valor [...] significa acabar com o sistema de revisão pelos pares, o que resultaria [...] em mergulharmos em megatons de lixo [...]”

Diante do exposto, é evidente que inexistente formato único quanto à operacionalização da avaliação tendo em vista a quantidade quase infinita de títulos de revistas e de publicações existentes na sociedade contemporânea. Aliás, a dimensão quantitativa dos periódicos científicos é, sempre, uma questão polêmica, que envolve séria complexidade conceitual sobre o que é (ou não) científico, aliada à problemática alusiva a publicações que “nascem” e “morrem” em determinado período, o que conduz Le Coadic (1996, p. 7) a afirmar que “a ‘taxa de natalidade’ das revistas continua a ser [...] mais elevada do que a ‘taxa de óbitos’ dos seres humanos.”

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Ademais, as modalidades avaliativas variam a depender da singularidade das áreas, subáreas e especialidades, mas, sem dúvida, da forma de atuação e da visão de mundo do próprio editor. Ademais, diante do avanço das tecnologias de informação e de comunicação (TIC), mudanças drásticas ocorrem no universo da ciência e tecnologia (C&T) e da comunicação científica. São autores que lançam mão de inovações tecnológicas para disseminarem os resultados de suas pesquisas na esfera da comunidade científica por meio de seu computador e de outros equipamentos pessoais, sem avaliação de *referees* ou do aval de um título científico. Ao tempo em que Susan Crawford e Loretta Stucki (1990) apontam para a expansão dessa prática como fato, alertam para os graves riscos de distorção que tal prática causa à C&T. Se, a princípio, há correntes explicitamente contrárias a tal comportamento, há quem o perceba como traço intrínseco à modernidade líquida, termo cunhado pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) para nomear a sociedade atual. Para ele, é uma época de liquidez, fluidez, volatilidade, incerteza e insegurança. É quando toda a fixidez e os referenciais morais da época anterior, a chamada modernidade sólida, dão espaço à lógica do agora, do consumo, do gozo e, portanto, da artificialidade.

Na visão de Crawford e Stucki (1990), as fragilidades dos resultados de pesquisa divulgados via TIC sem o devido *imprimatur* de qualidade usado desde séculos passados e suas significativas variações conduzem, gradativamente, a um novo modelo cogitado, chamado *adversary model* ou, comumente, *open peer review*.

Prova eminente dos mistérios que ainda cercam a revisão aberta é que consulta ao *google*, surpreendentemente, conduz a poucas fontes, quase todas elas em língua inglesa, ou melhor, vivenciadas nos Estados Unidos da América e / ou em países anglo-saxões. Como decorrência, a *open peer review* nem tem data exata nem tampouco “paternidade” incontestada, apesar da tentativa de Andrea Mora Campos, em 2015, e Brent Ranalli, em 2011, delinearem a pré-história e a evolução da *open review*. Tal como se dá com o sistema de avaliação como um todo, está cercada de muita controvérsia, como revisão de literatura empreendida por Emily Ford (2013) comprova.

Desvantagens decantadas como: maior lentidão e complexidade no processo de edição; transtornos que podem agravar desavenças entre o trio editores, avaliadores e autores e, sobretudo, entre avaliadores e autores, pedidos de subvenção ou participação em eventos científicos do árbitro daquela ocasião, como Tom DeCoursey (2006) chama atenção.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Em compensação, sua maior vantagem – transparência e democratização dos procedimentos avaliativos – é lembrada, com frequência, como em *blog* mantido por Eva Amsen, desde 2014, com o intuito de trazer à tona procedimentos inovadores e novas fontes, sempre reiterando que a diversidade do sistema avaliativo persistirá como marca do trabalho humano. Em sua visão, os benefícios da *open review* para autores e leitores são assim sumarizados: (1) o autor tem a chance de saber quem revisou seu trabalho; (2) os comentários dos *referees* contextualizam o *paper*, gerando informação adicional para o público; (3) a polarização entre os revisores é reduzida; (4) a tendência aponta para comentários mais construtivos; (5) os relatórios dos árbitros podem servir como exemplo para os pesquisadores iniciantes. No caso dos *referees*, são estes os benefícios da revisão aberta: (1) expõe opiniões mais consolidadas; (2) comprova a experiência do profissional na função de avaliador; (3) certifica sua atuação na elaboração do artigo como um todo.

Aliás, para Ford (2013) e, ainda, para Shanahan e Olsen (2014), dentre as vantagens, a mais relevante é a de prover aos próprios autores e ao público leitor informações adicionais, com frequência, de grande valia, porquanto são expressas com maior isenção, no sentido de que os avaliadores mantêm certo distanciamento do objeto de estudo. É o momento de compartilhamento da visão crítica dos árbitros com as ideias originais dos manuscritos, o que permite aos autores efetivarem uma sempre profícua autoavaliação.

Também é interessante a síntese apresentada por Tom DeCoursey (2006). Reforçando E. Amsen acredita que a primeira grande vantagem do sistema aberto é que os revisores tendem a ser mais discretos e construtivos, ao tempo em que admite ter sido ele mesmo bastante sarcástico diante de escritos mal elaborados. O segundo benefício é que o sistema inibe os *referees* inescrupulosos que surgem, aqui e ali, vetando trabalhos de boa qualidade com o intuito de se apropriarem das ideias autorais, apesar de os originais serem enviados regularmente a mais de um especialista para maior segurança do processo. Por fim, a divulgação do nome dos revisores em nota de rodapé acompanhando cada artigo estimula a excelência da análise dos *referees*. Afinal, quando a ciência ruim é divulgada, a negligência dos revisores é indício tão grave quanto a incompetência dos autores.

Nesse panorama de definições e indefinições, indo de 1999 a 2011, Amsen (2014) contextualiza a evolução da revisão de pares aberta por meio da menção de ações alusivas registradas nesses anos, o que serve como norte para investigações futuras. No caso de títulos eletrônicos, a proposta mais comum é descrita por Stumpf, ainda em 2005. Trata-se da

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

disponibilização de artigos por cerca de três meses, por exemplo, num servidor *web*, com chance de o autor receber e trocar sugestões advindas de estudiosos e / ou de leigos, haja vista que não há como selecionar os comentaristas. É possível rever o exemplo de *Atmospheric Chemistry and Physics*, que torna acessível os originais para apreciação do grande público e de conhecedores da área, mas com a variante de o *paper* poder estar à disposição tão somente da comunidade especializada, momento em que o processo passa a ser nomeado de *peer commentary*, tornando-se, segundo Machado (1996, p. 76), um “[...] mecanismo de promoção da qualidade através da crítica permanente e não mais como simples autoridade seletiva [...]”

Para os defensores da revisão aberta, essas estratégias e as variações advindas em conformidade com a realidade dos títulos concorrem para que tanto autores como comentaristas ou *referees* passem a ter maior atenção com suas colocações, o que requer maturação de ideias antes de vir a público. No caso do Brasil, as experiências começam a tomar fôlego, mas ainda são raras. Em compensação, ganham destaque exemplos de títulos que se propõem a incluir revistas brasileiras, a exemplo do *International Journal of Psychoanalysis*. Apesar de Ford (2013) afirmar que nem conceitos nem tampouco características da revisão aberta estão até então consolidadas, esse título estimula profissionais da área a participarem do sistema aberto.

Aliás, aqui vale a pena um adendo: ao tempo em que se atribui, comprovadamente, à área médica, no século XVIII, maior resistência à avaliação para edição de seus fascículos, nos dias de hoje, talvez como decorrência do visível avanço do campo, são as revistas médicas, como antes citado, que têm contribuído sobremaneira para as mudanças de modelos fechados para os abertos. Além do *International Journal of Psychoanalysis*, títulos, como *Science*, *Nature* e *British Medical Journal* têm se manifestado. Por exemplo, *The British Journal of Psychiatry* traz interessante pesquisa acerca da experiência do *British Medical Journal* a cargo de Elizabeth Walsh e outros estudiosos, ano 2000, o que significa dizer que há transformações a caminho, embora dificilmente se chegue a um denominador comum.

Em artigo recente, disponibilizado em janeiro de 2017, Nassi-Calò (2017) sinaliza as dificuldades iniciais por que passou o sistema da ciência até adotar a prática de arbitragem como forma de assegurar a integridade da literatura acadêmica. Em pesquisa realizada pela *Nature Communications*, 60% dos autores autorizaram, em 2016, a publicação de seus pareceres. Tanto é assim, que a revista oferece a opção, no entanto, sem considerá-la obrigatória. Para a autora, a prática da *open peer review*, tornando públicos os relatórios dos

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

pareceristas, vem se consolidando nos últimos tempos. É ainda Nassi-Calò quem acresce que Alex Csiszar, em artigo de 2016 para a *Nature*, intitulado *Peer review: troubled from the start*, ressalta que a ciência pode adotar mecanismos de autorregulação, objetivando o consenso, mas sem a certeza de que os árbitros estão aptos a enfrentarem tal desafio. Entende, por outro lado, que as práticas de avaliação continuam a ser essenciais à ciência.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a consecução dos objetivos, utiliza-se como método de pesquisa o *survey*, adotado quando se pretende investigar o quê, o porquê, como ou quanto ocorre determinada situação. Neste caso, a viabilidade de adoção da avaliação aberta em periódicos, ou a aceitação da modalidade por parte dos editores brasileiros da área de CI.

Identificou-se os periódicos brasileiros em CI classificadas pelo sistema Qualis da Capes com os conceitos mais elevados (de A1 a B5), Quadro 1. São, então, recuperados 37 periódicos, cujos editores correspondem ao universo da pesquisa.

Quadro 1 – Periódicos de CI no Brasil classificados pelo Qualis CAPES

Qualis	Periódico
A1	Informação e Sociedade: estudos
A1	Perspectivas em Ciência da Informação
A1	Transinformação
B1	Ponto de Acesso
B1	Biblionline
B1	Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação
B1	LIINC em Revista
B1	Informação e Informação
B1	PBCIB
B1	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
B1	Ciência da Informação
B1	Em questão
B1	Encontros Bibli
B1	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
B1	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação
B1	Brazilian Journal of Information Science: Research Trends
B1	Perspectivas em Gestão e conhecimento
B1	Ágora
B1	Intexto
B1	Anais do Museu Paulista
B1	Revista eletrônica de comunicação, informação e inovação em saúde
B2	Comunicação e Informação
B2	Revista ACB
B2	Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação
B2	Museologia e Patrimônio
B3	Biblos
B3	IRIS – Informação, Memória e Tecnologia
B4	Bibliotecas Universitárias: Pesquisas, Experiências e Perspectivas

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

B4	Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação
B5	Múltiplos olhares em Ciência da Informação
B5	Revista Analisando em Ciência da Informação
B5	AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento
B5	Ciência da Informação em revista
B5	Informação@Profissões
B5	Percurso
B5	CRB – 8 Digital
B5	Revista Eletrônica Informação e Cognição

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Identificada a população, define-se para a coleta de dados a técnica de questionário que se adapta ao *survey*, semiestruturado, no sentido que, dentre suas 11 perguntas, há questões abertas, fechadas e mistas, seguindo-se instruções do aplicativo *Google Docs*. E itens alusivos ao perfil dos respondentes (gênero; faixa etária; titulação; tempo de exercício na função de editor da revista), o roteiro de coleta visou a levantar informações sobre: 1. identificação de características da avaliação aberta (dentre uma listagem apresentada ao depoente) aplicáveis à realidade brasileira; 2. listagem de pontos positivos x negativos, pontos fortes x fracos, vantagens x desvantagens da *open peer review*; 3. disposição / interesse em trabalhar (ou não) com a modalidade de avaliação em discussão; 4. opinião sobre a possibilidade da *open peer review* melhorar a qualidade dessas revistas; 5. dificuldades para implantação do sistema aberto na realidade editorial brasileira quanto às revistas científicas em CI; 6. opinião sobre a disponibilidade de tecnologia no Brasil para adotar e expandir a avaliação aberta; 7. comentários livres.

Esclarece-se que, para preservar a identidade dos respondentes, utiliza-se a vogal E (inicial da palavra editor) em ordem alfanumérica aleatória sem vinculação com a ordem alfabética dos 15 títulos, de modo que os editores são designados de E1 até E15:

Antes da aplicação aos editores, recorreu-se a pré-teste destinado a cinco pesquisadores-editores de periódicos em diferentes áreas do conhecimento tendo em vista o aprimoramento e a validade do instrumento de coleta. Esta inicia em outubro de 2016 mediante contato via *electronic-mail (e-mail)* com os 37 editores para remessa do questionário, com o adendo de que este é reenviado, sistematicamente, a cada 20 dias, a fim de reforçar a importância da participação.

Ao final, a amostra incorporou 15 títulos, o que corresponde ao percentual de 40,54%, acima do previsto por Marconi e Lakatos (2010, p. 88), para quem, “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”, o que significa

percentual significativo de respostas. Após organização e tabulação dos dados obtidos, utiliza-se como estratégia a análise e interpretação dos dados, seguindo os moldes previstos por esses autores, segundo os quais, a elaboração da análise propriamente dita, em estudos desta natureza, se dá em três níveis: interpretação (verificação dos elementos de estudo para entender as relações entre eles); explicação (esclarecimento sobre os achados); especificação, quando ocorre a explicitação acerca dos conhecimentos recém-gerados acerca do fenômeno estudado, ou seja, os elementos subjacentes à viabilidade da adoção da *open peer review* na esfera da CI.

4 PERFIL DOS EDITORES

Em se tratando do perfil dos editores, no quesito gênero, constata-se que nove mulheres (60%) contra seis homens (40%) exercem a função de editoras em periódicos nacionais de CI. Mesmo que se considere as assimetrias da divisão do trabalho, no Brasil, vem crescendo, com vigor, a participação das mulheres no mercado. Por outro lado, as revistas amostrais, quase em sua totalidade (93%), estão vinculadas a instituições de ensino superior (IES), lembrando que à mulher tem sido permitido exercer a profissão de professora desde sempre.

Reitera-se, como há muito tempo o fez Ziman (1979) e outros o fazem mais recentemente, à semelhança de Ford (2013); Mora Campos (2015); e Ranalli (2011), que o periódico científico *per se* implica certo grau de sociabilidade entre pesquisadores, e, também, entre editoras, editores, avaliadores e até entre os assinantes, o que fortalece seu papel social. Atribui prestígio e reconhecimento aos autores, pois representa medida tangível de sua contribuição à ciência, base para avaliação de seu trabalho pelos pares e, nos dias atuais, segurança profissional. Para os editores, traz prestígio e representa fonte de lucro: instituições sem fins lucrativos recebem o reconhecimento da comunidade acadêmica e científica; E nas editoras comerciais existe remuneração financeira. Confere também prestígio aos *referees*. Para os assinantes, o periódico representa *status* social, à medida que comprova preocupação com a educação continuada. Todo este panorama traz à tona a relevância das revistas e, por conseguinte, da função de editor (TARGINO, 1998).

Nessa linha de pensamento, justifica-se o fato de 11 (73%) editores possuírem doutorado, quatro deles em CI e um em engenharia e gestão do conhecimento com pós-doutorado na área de educação em ciências, com a ressalva de que, dentre eles, quatro

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

possuem graduação em biblioteconomia, o que resulta da interdisciplinaridade e proximidade entre essa área e a CI. No caso dos quatro últimos respondentes, três (20%) possuem título de mestre, sendo que dois são graduados em biblioteconomia, e dois são doutorandos, dos quais um em CI e o outro em história e filosofia da ciência especialidade museologia. Apenas um (7%) possui título de especialista em multimídia interativa, com graduação em *design gráfico*.

Quadro 2 – Características da *open peer review*

Denominação	Características
<i>Signed review</i> / avaliação assinada – parecer	Opiniões assinadas pelo avaliador podem ser divulgadas quando da publicação dos artigos ou enviadas ao autor.
<i>Disclosed review</i> / avaliação tornada pública	Avaliadores e autores conhecem as identidades um do outro.
<i>Editor-mediated review</i> / avaliação mediada pelo editor	Avaliação caracterizada pela mediação do editor entre autores e avaliadores e vice-versa.
<i>Transparent review</i> / avaliação transparente	Avaliação aberta à comunidade científica e/ ou ao público-leitor, ou seja, originais, comentários dos autores e / ou respostas dos autores aos revisores estão disponíveis aos interessados.
<i>Crowdsourced review</i> / avaliação por grupo ampliado de juízes	Avaliação pública: qualquer membro da comunidade pode contribuir com opiniões.
<i>Pre-publication review</i> / avaliação pré-publicação	Avaliação que precede a publicação do artigo, em geral, em espaço público, como servidor de pré-impressão.
<i>Synchronous review</i> / avaliação síncrona	Avaliação paralela à edição do artigo
<i>Post-publication</i> / avaliação pós-publicação	Avaliação posterior à publicação do artigo, incluindo comentários em <i>posts</i> de <i>blogs</i> .

Fonte: Adaptado de Ford (2013)

5 RESULTADOS

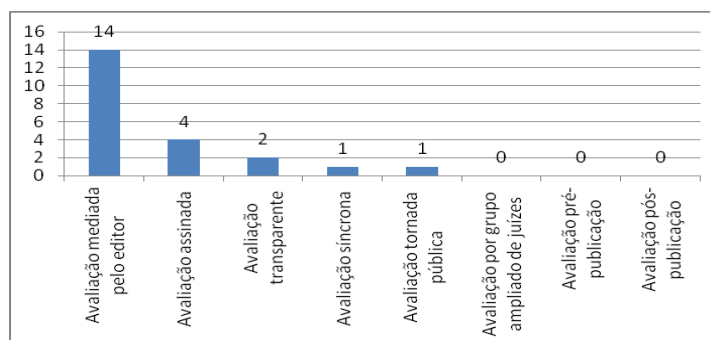
5.1 Características da *open peer review*

Dentre as características da avaliação aberta, constantes do instrumento de coleta para que o respondente assinalasse a(s) opção(ões) compatível(eis) com a realidade brasileira, os autores do *paper* apontam os seguintes itens, tomando Ford (2013) como referência.

Como o Gráfico 1 sintetiza, dentre os oito traços característicos, há três não assinalados pelos editores – avaliação por grupo ampliado de juízes, avaliação pré e pós-publicação – possivelmente, ainda não incorporados à vivência brasileira no que se refere à avaliação.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Gráfico 1: Características da *open peer review*



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Por outro lado, chama atenção, a quase unanimidade de menções à avaliação mediada pelo editor, com 14 pontos (93%), exatamente a que se dá também na avaliação cega na maioria dos títulos científicos de diferentes áreas, segundo Walsh et al. (2000), o que denuncia o hábito consolidado de avaliações mediadas tão somente pelos editores.

Rememorando que o respondente pôde assinalar mais de uma alternativa, em segundo lugar, com percentual bem aquém, está a avaliação assinada, com quatro (27%) pontos, seguindo-se a transparente (dois = 13%) e com o mesmo índice alusivo a uma menção (7%), cada, a avaliação tornada pública e a síncrona. São indícios de que os editores começam a vislumbrar atitudes diferenciadas em seu *métier*, o que conduz a reflexões em torno da *open peer review*, como o entrevistado E9 enuncia.

Assim como os periódicos científicos, ao longo do tempo, passaram por mudanças, o processo de avaliação por pares também. Muitos acreditam que esta passa por um momento de transição. De fato, a avaliação aberta já é uma realidade para alguns periódicos, como por exemplo: *Nature Communications*, *Peer J*, *BMJ* e *F1000 Research*, dentre outros, que disponibilizam aos autores a opção por avaliações abertas. Estas são publicadas após os artigos com a devida autorização dos avaliadores. Mesmo considerando importante este momento de transição ou nova modalidade de avaliação por pares, no nosso caso, o possível interesse em trabalhar com a avaliação estaria na linha da avaliação assinada, inicialmente (obviamente, ciente da necessidade de consentimento dos avaliadores). Algo que implica muitas questões, sobretudo, planejamento, sensibilização e conhecimento de práticas bem-sucedidas acerca disto (E9).

A resposta pode ser vista como representativa da abertura às mudanças na linha prevista por Minayo (2005), além de coerente com o perfil delineado dos editores, como visto, com experiência, titulação e faixa etária condizentes à recepção de mutações em plena modernidade líquida. Vivencia-se uma fase de transição em que a *e-science* surge e tende a se estabilizar diante das potencialidades das TIC, que imperam e ditam transmutações em todos os setores da sociedade, incluindo a C&T, o que justifica as falas que seguem:

A participação evidencia o diálogo e contribui, em maior ou menor grau, com a colaboração entre membros da comunidade científica, que, em última análise, resultaria na construção de acordos em torno de temáticas e / ou problemas de pesquisa, inclusive, em andamento. Ademais, resultaria na maior transparência no processo editorial. O que melhora a qualidade das revistas é uma boa avaliação que agregue valor ao texto avaliado (E13).

Outro ponto positivo é tornar o processo transparente. Embora, quanto a isto, no momento em que o avaliador envia a avaliação, mesmo sem assinar / identificar-se (atendendo à *blind peer review*), há as opções de enviar para o autor e o editor e também apenas para o editor. Penso, daí, que enviando a avaliação para a opção editor e autor já é algo que traduz transparência, visto que o autor ao acessar a submissão tem acesso à avaliação: a mesma que comporá o envio da decisão editorial (E14).

5.2 Pontos positivos / fortes / vantagens da *open peer review*

Em se tratando das questões alusivas aos pontos positivos da avaliação aberta, percebe-se que os depoentes aproximam-se do pensamento de teóricos, como Amsen (2014); DeCoursey (2006); Ford (2013); Shanahan e Olsen (2014), que enaltecem a *open peer review*, ainda que estejamos vivenciando a volatilidade, incerteza e insegurança que permeiam a era digital. De forma, mais, ou menos prolixas, há editores que descrevem suas razões em favor da avaliação aberta, tais como: 1. garantia de liberdade de expressão de autores e avaliadores, uma vez que, ao tempo que os primeiros podem acatar as sugestões dos segundos, também podem contestá-las mediante a apresentação de argumentos consistentes, o que assegura transparência e qualidade na avaliação, além de maior dinamicidade; 2. chance de dirimir dúvidas dos atores envolvidos no processo de editoração, incluindo o próprio editor; 3. possibilidade de produção científica com mais qualidade; 4. relação autor x avaliador mais fluida e sem ruídos, favorecendo a publicação e beneficiando o leitor com uma construção colaborativa e transparente da ciência; 5. configuração de um espaço dinâmico para reflexões e discussões, com nítidos reflexos no avanço da C&T.

O sistema aberto é útil para que os próprios avaliadores efetivem autoavaliação de seus veredictos, permitindo incrementar o diálogo entre eles e os avaliados em busca de intercâmbio de ideias. Responsabilidade e credibilidade tendem a fortalecer o vínculo dos avaliadores com o periódico e, então, ampliar sua credibilidade dentre a comunidade acadêmica e científica. Mediante o diálogo sistemático e a identificação de quem está avaliando, o *referee* não pode simplesmente rejeitar os originais por meio de justificativas evasivas, haja vista que o processo exige, cada vez mais, maior transparência na produção e na comunicação científica e, portanto, conduz ao amadurecimento da geração de novos

conhecimentos. Por exemplo, o E6 em relação aos pontos positivos resume seu pensamento em transparência e qualidade da avaliação, responsabilidade e credibilidade do periódico:

A dialogicidade do processo, a troca de ideias, a possibilidade de o parecer não ser unilateral. A avaliação aberta [possibilita] a verificação de avaliadores que são demorados no processo. Seria um processo mais dinâmico e transparente. Os motivos para a não aceitação precisariam ser fundamentados e reais. Muitas respostas poderiam ser dadas aos autores (E6).

5.3 Pontos negativos / fracos / desvantagens da *open peer review*

No entanto, como esperado, há quem não perceba nenhum aspecto positivo na avaliação aberta, sentindo-se confortável e satisfeito com a *blind review*. Há, ainda, quem se mostre inseguro para opinar, admitindo que precisa de mais leitura sobre o tema, o que é possível mediante acesso a revisões de literatura, como a de Ford (2013) e de Ranalli (2011) e / ou a textos atualizados, como os constantes do *blog* de Amsen (2014).

De qualquer forma, são contradições inerentes a qualquer fase de transição ou de inovação, haja vista que os 15 respondentes reafirmam diretamente (ou não) o pensamento de Merton (1957); Stumpf (2005); e Ziman (1979) sobre a premência de avaliação da ciência, e também confirmam Minayo (2005) e Targino (1998), para quem a reação ao novo ou ao desconhecido é próprio da natureza humana, como visto, até porque nunca se pode assegurar sucesso absoluto do novo sistema. Ademais, ao tempo em que se retoma o fato de que as modalidades avaliativas variam conforme as singularidades de áreas, subáreas e especialidades, e, sem dúvida, da forma de atuação e da visão de mundo do próprio editor. Daí, ser evidente que dúvidas estão presentes no imaginário dos editores pesquisados, a exemplo de algumas respostas díspares, como o de quem não admite visualizar pontos positivos na *open peer review*, mas afirma:

[ela] possibilitaria maior diálogo e colaboração entre os pares, autores, avaliadores e editores, aproximando os processos de produção e comunicação científica [...] Condicionaria maior aproximação do consenso, uma vez que os debates em torno de determinada publicação seriam mais evidentes, pontuais e objetivos. O fato é que a avaliação aberta constituir-se-ia em espaço dinâmico e ativo de efetivas reflexões e discussões. Com efeito, autores e avaliadores estariam mais próximos e teriam melhores condições de contribuição com a produção realizada (E8).

Porém, os pontos negativos constituem sempre contribuição importante para revisão e releitura de qualquer sistema novo em meio aos procedimentos avaliativos. É preciso atentar que editores e avaliadores são também autores. A responsabilidade do editor ao indicar o *referee* só pode ser minimizada com a *open review*, para que o autor tenha segurança

de que não está sendo julgado por um competidor, e, sim, por alguém de notório saber com disponibilidade de tempo e dedicação para emitir pareceres aprofundados e no período de tempo previsto para não causar atraso na edição do fascículo do periódico:

Talvez o ponto negativo, no caso de avaliação por pares assinada seja a identificação da identidade do avaliador. No caso da adoção desta modalidade, cabe, certamente, mais ainda, o cuidado na atribuição da avaliação de modo que não haja conflito de interesse (E14).

Nessa perspectiva, dentre os pontos negativos e desvantagens da *open peer review*, acompanhando as ideias defendidas por Shanahan e Olsen (2014) e Walsh *et al.* (2000), os sujeitos da pesquisa, salvo algumas omissões, citam itens, como: 1. avaliador-competidor ou rival na especialização; 2. divergência flagrante entre pareceres diante do mesmo original; 3. disponibilidade de tempo dos avaliadores / atraso no envio de pareceres; 4. demora na edição do fascículo; 5. divulgação das avaliações pode gerar insatisfação para os autores e / ou inibir os pareceristas, que temem sofrer retaliações.

É interessante analisar que, no meio desses pontos frágeis da avaliação aberta apontados pelos respondentes, os quatro primeiros acima enunciados também ocorrem na avaliação cega. A disponibilidade de tempo para avaliação, por exemplo, é uma constante no Brasil, até por conta da quantidade de encargos do corpo docente das IES, embora configure-se como tarefa da qual não podem se furtar se desejarem que sua área de pertença cresça e se desenvolva com qualidade.

5.4 Disposição em adotar a *open peer review*, elemento de maior qualidade das revistas

Talvez como decorrência do perfil identificado, com editores majoritariamente doutores e experientes na função, 67% dos entrevistados admitem seu interesse em trabalhar com a avaliação aberta. Trata-se de índice assemelhado ao resultado da pesquisa da *Nature Communications*, na qual 60% de *referees* autorizam a divulgação de seus nomes nos pareceres emitidos (NASSI-CALÒ, 2017). Como decorrência, ainda a maioria (60%) da amostra acredita que essa modalidade de avaliação pode contribuir para melhor qualidade dos periódicos científicos em oposição aos outros 40% que se mostram pessimistas. No entanto, tal como se dá com o estudo de Ford (2013), os elevados índices de aprovação não asseguram que os editores estão livres de dúvidas, o que se confirma em contradições relativamente frequentes nas respostas de um mesmo editor. Talvez seja o momento de análise e de estudo, como admitem alguns pesquisados, até porque a realidade da produção científica está

vinculada ao *status quo* dos países, em aspectos econômicos, políticos, educacionais, culturais, com suas peculiaridades e idiosincrasias.

5.5 Dificuldades da *open peer review* em ciência da informação

No que se refere à questão dirigida às unidades amostrais visando delinear as dificuldades para implantação do sistema aberto na realidade editorial brasileira das revistas científicas em CI, é possível fazer um paralelo entre a *open review* e as faces de Jano, deus romano das mudanças e das transições, que possui somente duas faces. Ao comparar o editor a ele, estamos utilizando-o como metáfora diante da possibilidade efetiva de que, constantemente, o editor é autor e / ou avaliador, como evidenciado, com clareza, em alguns depoimentos coletados, em que ele se desloca para outras posições ou, ao contrário, mantém-se arraigado à função, com a ressalva de que os dados coletados podem se aplicar a outras áreas do conhecimento.

O maior obstáculo, neste momento, corresponderia à dificuldade por parte de alguns autores em receber críticas diretas, sobretudo, negativas a respeito dos posicionamentos ou abordagens teórico-metodológicas adotadas em sua produção. Complementarmente, é importante considerar também a dificuldade apresentada por alguns autores em emitirem pareceres mais críticos que exigiriam maior reflexão e discussão acerca da produção em análise. Há nesse domínio uma série de variáveis intervenientes, dentre as quais se podem citar titulações, vínculos institucionais, afiliações teórico-metodológicas de autores ou avaliadores, entre outras (E13).

Os dados permitem analisar a possível ou previsível postura dos editores como autores, confirmando a expectativa de que persistem docentes-pesquisadores-editores que desacreditam no *open access* e criticam seu nível de confiabilidade e o risco maior de plágio. No caso dos editores que atuam, às vezes, como avaliadores, há que se convir que a ciência da informação ainda figura como área pequena, o que pode gerar certo desconforto entre os pares no momento de avaliar o artigo de um colega. Isto é, nem todos os pareceristas ficam à vontade ao expor sua identidade, o que, na avaliação aberta, é condição essencial.

E mais, há depoentes que apontam dificuldades em discernir o profissional do pessoal, além de insistir na morosidade no processo de avaliação e na falta de avaliadores como sério entrave para implantar quaisquer “novidades.” Cita-se, ainda, a dificuldade de se profissionalizar como editor, contrariando Le Coadic (1996), quando insiste na necessidade de formação específica. Quando analisam-se os editores como editores, é visível a cultura arraigada à *blind review*:

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Seria uma quebra de cultura muito forte. Seria necessário um longo período de adaptação, para cada área, preferencialmente em revistas de graduação, por exemplo, para começar a discutir a cultura da avaliação pelos pares aberta, garantindo a liberdade de expressão e com moderação pelo editor. O problema nisso tudo é que seria mais trabalho para o editor da revista (E2).

O rompimento com culturas estabelecidas requer intervenção visando provocar mudanças, até porque, de uma forma ou de outra, há certa suspeição sobre quem avalia: basta verificar nas revistas os nomes dos avaliadores, como E9 menciona.

5.6 Disponibilidade de tecnologia no Brasil para adotar a *open peer review*

Quando indagados sobre a possibilidade de disponibilidade de tecnologia no Brasil para adotar e expandir a avaliação aberta, percebe-se, com nitidez, notória divisão de opiniões. Há quem (E2) explicita que: “com certeza, há soluções disponíveis para lidar com a avaliação aberta” ou quem opte por resposta mais completa a favor da disponibilidade de tecnologias na realidade nacional, e, portanto, no âmbito das revistas em CI:

As tecnologias utilizadas nos processos de editoração eletrônica têm avançado sobremaneira no Brasil, nos últimos anos, e, com certeza, com alguns esforços, há possibilidade de serem estruturadas plataformas que possibilitem a *open peer review*, considerando, especialmente, a necessidade de diálogos do tipo "muitos-muitos" característicos da produção em colaboração (E13).

Afinal, o sistema adotado na maior parte das revistas da área de ciência da informação é o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas, o qual favorece que o parecer seja conhecido tanto pelo editor quanto pelo autor do artigo. Projetado para revistas de livre acesso, e, em especial, atuando na esfera de editoração, o *software Open Journal Systems (OJS)*, da *British Columbia University* (Canadá), deu origem ao *Public Knowledge Project*. Customizado e traduzido para o português pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, este deu origem ao SEER. Aliás, acresce-se que, tal como o OJS, o SEER pode adotar inovações visando atender aos procedimentos da avaliação aberta, contribuindo, também, com a *open science* em geral.

Indo além, a citada *Peerage of Science* (informações sobre seu excelente processo de avaliação em <https://www.peerageofscience.org>) também enfrenta ceticismo da comunidade de pesquisa, tal como ocorre com a revisão aberta. Exemplificando: um dos editores insiste na questão cultural para justificar seu descrédito frente às TIC e à possibilidade da *open review*. “Não. Não temos cultura para isso e muitos escondem-se na avaliação cega. Difícil essa resposta, na minha concepção como editor. Entretanto, coloco-me na posição do autor,

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

desconfiado, incrédulo com as TIC” (E11). Na mesma linha de visão mais pessimista ou menos crédula, registram-se depoimentos, como estes:

Acredito que dispõe de tecnologia suficiente, contudo, trabalhar com a *open peer review* implica muito mais o fator humano. O processo de avaliação depende do compromisso do avaliador com o periódico, com a atividade que aceitou colaborar. Muitas vezes, o editor necessita enviar mais de uma vez a solicitação de avaliação, o que demanda tempo, prejudica o fluxo do processo (E14).

A melhoria de uma revista científica perpassa, na minha opinião, por outros aspectos: otimização do sistema (no nosso caso, o OJS); cumprimento aos requisitos básicos e específicos da agência que avalia a qualidade dos periódicos; rigor na estratificação atribuída aos periódicos. Lamentavelmente, no caso da área Comunicação e Informação, vê-se periódicos com estratos além do que mereceriam, enquanto outros ficam prejudicados mesmo cumprindo os requisitos (E15)

Apesar do desafio, os editores de periódicos que adotam revisão aberta por pares têm possibilidade de manter a mediação editorial, como apontado no Gráfico 1. A tecnologia pode aliviar a coordenação de um processo de revisão por pares, mas a análise em si mesma vai além: diz respeito ao discurso / à postura acadêmica e à produção científica de qualidade. Isto pressupõe, como algumas unidades amostrais mencionam, tecnologias adequadas às demandas da comunidade; infraestrutura satisfatória das revistas brasileiras em CI, tanto no que concerne à formação do corpo editorial, como antes citado, mas também, ao item equipamentos e, principalmente, ao processo de circulação e distribuição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a avaliação, em qualquer modalidade, detém pontos positivos e negativos, como é consensual dentre os teóricos consultados. É possível, porém, questionar a confiabilidade, o valor e a necessidade do processo como um todo, alegando que a decisão de poucos sobre a produção de muitos é extremamente perigosa, pois traz consequências que afetam a vida dos iniciantes, o *status quo* das especialidades e os rumos do saber. Por sua vez, pensar em divulgar todos os trabalhos à espera da aceitação ou repúdio da comunidade científica, conforme proposta de Ziman (1979), é comprometer a literatura científica e por extensão a ciência. Assim, é preciso aceitar a arbitragem – cega ou aberta – como recurso que permite um padrão mínimo de qualidade às publicações científicas, sem negar suas (des)vantagens tão alardeadas por autores, a exemplo de DeCoursey (2006).

No caso da viabilidade da adoção da *open peer review* na esfera da CI, como previsto por um dos entrevistados (E3), que comenta, ao final: “[caso] os resultados não sejam

favoráveis ao sistema *open peer review*, teremos um panorama sobre a percepção dos editores brasileiros em CI sobre o tema”, de fato, a pesquisa aponta tendências. Isto porque, a característica da avaliação aberta reconhecida pelos pesquisados com ampla margem de diferença (93%) em confronto com o segundo lugar (avaliação assinada, 27%) é, exatamente, a avaliação mediada pelo editor, traço inerente também à *blind review*.

Afora este dado, no que se refere à menção de pontos positivos e negativos, há flagrante desencontro, o que revela certo desconhecimento do tema, e, portanto, dose significativa de temor, o que leva a crer ser necessário investir na difusão das possibilidades teóricas e metodológicas da *open peer review*, mediante postura proativa dos próprios editores ou IES ou associações científicas. Porém, aqui, chama atenção o fato de a maioria (67%) dos editores em CI pesquisados se mostrar disposta a adotá-la em “sua” revista, enquanto 60% afirmam acreditar que o novo formato de avaliação pode atuar como elemento em prol da qualidade das revistas da área.

No quesito – dificuldades para implantação do sistema aberto na realidade editorial brasileira quanto às revistas científicas em CI – evidencia-se a existência de apego um tanto exacerbado à cultura da revisão cega. A justificativa central é a de que a área é restrita e a identificação entre autores e avaliadores pode funcionar como elemento inibidor. Quanto à disponibilidade de inovações tecnológicas em território nacional para a implantação da *open peer review*, as posições mantêm-se bem equalizadas entre os que acreditam e descreditam no potencial das TIC no Brasil, em especial, no campo da editoração.

Por fim, recorre-se a DeCoursey (2006) para assegurar que a posição dos editores revela mais tendências do que inferências ou conclusões, até porque, é pouco provável que a avaliação aberta possa ser implantada, na íntegra e em todos os países e em todas as áreas no mundo competitivo de hoje. Talvez a solução esteja no meio do caminho: *referees* apresentando sugestões construtivas em sistema aberto após a aceitação provisória dos originais e a alternativa que já é utilizada para os *Proceedings of the National Academy of Sciences* do avaliador ser identificado após a aprovação. No caso dos manuscritos rejeitados, manter o anonimato. Logo, publicar nomes dos revisores junto com os *papers* aceitos parece valer a pena. Neste caso, a responsabilidade editorial é compartilhada entre autores, editores e avaliadores. Talvez este seja o caminho rumo à *open peer review*.

REFERÊNCIAS

- AMSEN, E. **What is open peer review?** 2014. Disponível em: <<http://blog.f1000research.com/2014/5/21/what-is-open-peer-review>>. Acesso em: 2 maio 2016.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CRAWFORD, S.; STUCKI, L. Peer review and the changing research record. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 41, n. 3, p. 223-228, 1990.
- DeCOURSEY, T. Perspective: the pros and cons of open peer review. **Nature**, 2006. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/peerreview/debate/nature04991.html>>. Acesso em: 4 maio 2016.
- FORD, E. **Defining and characterizing open peer review: a review of the literature**. Portland: Portland State University, 2013.
- HOPEWELL, S. *et al.* Impact of peer review on reports of randomised trials published in open peer review journals: retrospective before and after study. **The BMJ**, [S. l.], n. 349, p. 1-11, 2014.
- LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996. 119 p.
- MACHADO, A. Publicações científicas: da galáxia de Gutemberg à aldeia telemática. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.70-80, jan. / jun. 1996.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MERTON, R. K. Priorities in scientific discovery: a chapter in the sociology of science. **American Sociological Review**, Albany, v. 22, n. 6, p. 635-659, Dec. 1957.
- MINAYO, M. C. S. Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para avaliação de programas. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p. 53-70.
- MORA CAMPOS, A. Nuevas formas de revisión por pares en revistas científicas: revisión abierta / open review. **Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud**, San José, v. 13, n. 1, p. 1-4, 2015.
- NASSI-CALÒ, L. Aumenta a adoção de avaliação por pares aberta [online]. **Scielo em Perspectiva**. 2017. Disponível em: <<http://blog.scielo.org/blog/2017/01/10/aumenta-a-adoacao-de-avaliacao-por-pares-aberta>>. Acesso em: 12 jun. 2017.
- RANALLI, B. A prehistory of peer review: religious blueprints from the Hartlib Circle. **Spontaneous Generations: a Journal for the History and Philosophy of Science**, Toronto, v. 5, n. 1, p. 12-18, 2011.
- SHANAHAN, D. R.; OLSEN, B. R. Opening peer-review: the democracy of science. **Journal of Negative Results in BioMedicine**, [S. l.], v. 13, n. 2, 2014.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

STUMPF, I. R.C. Avaliação de originais nas revistas científicas: uma trajetória em busca do acerto. In: FERREIRA, S. M. S. P.; TARGINO, M. das G. (Org.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores Ed., 2005. p. 103-122.

TARGINO, M. G. **Comunicação científica**: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação. Brasília: UnB, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1998.

WALSH, E. *et al.* Open peer review: a randomised controlled trial. **The British Journal of Psychiatry**, [S. l.], v. 176, n. 1, p. 47-51, Jan. 2000.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. 164 p.